

Bird vai apoiar mais os projetos sociais para amenizar pobreza

por Maria Clara R.M. do Prado
de Washington

Cresce no Banco Mundial (Bird) a preocupação com a disparidade na distribuição de renda dos países latino-americanos e o consequente aumento do nível de pobreza. A instituição prepara-se para reforçar a carteira de empréstimos destinados a projetos na área social, colocando menor ênfase nos chamados empréstimos setoriais, de rápido desembolso, e cujos recursos acabam tendo como destino o financiamento do balanço de pagamentos.

A nova orientação foi na sexta-feira colocada claramente, pelo vice-presidente para América Latina e Caribe do Banco Mundial (Bird), Sharid Husain. "Vamos dirigir nossos empréstimos preferencialmente para projetos na área da saúde, da educação e do meio ambiente", disse ele, adiantando que já há uma intenção firme neste sentido com relação ao México, nos próximos dois ou três anos.

Quando enfoca como prioritária a questão social, o Banco Mundial está, na verdade, retomando a função básica para a qual foi criado, com o objetivo de apoiar e financiar projetos de desenvolvimento que ajudem ao crescimento econômico sustentado, no longo prazo, de países do Terceiro Mundo. Nos últimos anos, a instituição vinha financiando com certa freqüência projetos setoriais, envolvendo somas elevadas de recursos para desembolsos em até seis meses, marcando até uma superposição de atribuições com aquilo que é a função básica do Fundo Monetário Internacional (FMI).

"É uma surpresa para o governo brasileiro", comentou, na sexta-feira o secretário-geral da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan), Ricardo Santiago, ao tomar conhecimento das declarações de Husain. O Brasil mantém-se na expectativa de que sejam aprovados pelo "board" da instituição e desembolsados recursos para projetos setoriais que vêm sendo negociados, no valor global de cerca de US\$ 1 bilhão, e conta com isto para fechar suas contas externas, com folga nas reservas internacionais.

"As declarações de Husain, na sede do Banco Mundial, em Washington, indicam uma clara mudança de postura da parte do organismo multilateral de crédito. "Na América Latina, observa-se que os grupos com maior poder de pressão são justamente aqueles com posição de renda mais favorecida e que resistem às reformas econômicas porque sem dúvida perdem privilégios com isto, enquanto a população menos favorecida fica cada vez mais pobre", disse ele, citando especificamente os incentivos fiscais, os subsídios e até as altas taxas de juro reais, "de 20%, 40% e até 50% ao ano, que os governos acabam tendo de oferecer para

poder financiar o déficit público", como aspectos da transferência de renda para grupos que têm influência política.

Na Argentina, conforme destacou, os subsídios e incentivos concedidos à classe empresarial chegam a 3 e 3,5% do PIB, considerado um nível excessivamente elevado.

A filosofia que a instituição procura seguir agora não invalida as negociações em curso com o Brasil, em torno dos empréstimos setoriais para a reforma do sistema financeiro, no valor de US\$ 400 milhões; para o meio ambiente, no montante de US\$ 300 milhões; e o empréstimo para o projeto de política comercial, cujo valor está estimado entre US\$ 300 milhões e US\$ 400 milhões. A aprovação destes projetos está dependendo, fundamentalmente, de um programa econômico que conte com efetivamente medidas de ajuste fiscal, segundo atestou Husain.

Um acordo, mesmo que de curto prazo, entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI) é, conforme colocou para este jornal outra conceituada fonte da instituição, condição necessária, "mas não suficiente para que o 'board' do Banco Mundial tome sua decisão. Com a inflação ao nível em que está no Brasil, qualquer medida de reestruturação do sistema financeiro não teria nenhum resultado", observou o vice-presidente para América Latina e Caribe.

A sensação percebida no Banco Mundial é de que muito pouca margem resta ao governo Sarney para fazer um programa econômico que possa justificar a aprovação agora de novos projetos para o Brasil. A indicação é de que decisões neste sentido vão ficar para o próximo governo e, assim mesmo, condicionadas a um programa econômico que busque resolver de imediato a questão do desequilíbrio fiscal.

Husain adiantou que o Banco Mundial comprometeu em seu orçamento, no ano fiscal que se iniciou em julho, US\$ 1,5 bilhão para programas de investimento (contra US\$ 700 milhões comprometidos no ano fiscal anterior), mas isto não quer dizer que os recursos estarão efetivamente disponíveis para o País.

"Tudo vai depender do próximo governo", acenou uma fonte do Banco Mundial, prevendo que ainda no ano que vem o Brasil não receberá da instituição montante suficiente de recursos para cobrir os pagamentos de principal e de juros que deve ao Banco Mundial. É possível, conforme antevê a mesma fonte, que os desembolsos possam cobrir as amortizações.

Isto já aliviaria a situação, já que neste calendário de 1989 as projeções indicam que o País receberá do Banco Mundial cerca de US\$ 850 milhões, insuficientes para cobrir as despesas que tem só com o principal, de cerca de US\$ 950 milhões.